

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A
INVESTIGAR O TRÁFICO DE PESSOAS NO BRASIL, SUAS CAUSAS,
CONSEQUÊNCIAS E RESPONSÁVEIS NO PERÍODO DE 2003 A 2011,
COMPREENDIDO NA VIGÊNCIA DA CONVENÇÃO DE PALERMO.

REQUERIMENTO No , DE 2012
(DO Sr. ARNALDO JORDY)

Requer a realização de diligência, oitivas e audiências públicas da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o tráfico de pessoas no Brasil, suas causas, consequências e responsáveis no período de 2003 a 2011, compreendido na vigência da Convenção de Palermo, nos Estados do Rio Grande do Sul e Bahia.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, na forma do Regimento, a realização de diligência nos Estados do Rio Grande do Sul e Bahia, com a realização de oitivas e audiências públicas, da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o tráfico de pessoas no Brasil, suas causas, consequências e responsáveis no período de 2003 a 2011, compreendido na vigência da Convenção de Palermo, a realizar-se em local e data a ser agendada por esta Comissão.

JUSTIFICAÇÃO

No ano de 2011 foi criado o Comitê Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, através do Decreto estadual nº 43.280.

Registros demonstram que os aeroportos do Rio Grande do Sul e Bahia, em virtude da grande movimentação de pessoas, tornam-se porta de saída para o tráfico de pessoas para o exterior ou mesmo para outros estados brasileiros.

Conforme informações de Relatório do Ministério da Justiça diversos inquéritos, com características de tráfico de pessoas, foram abertos nos anos de 2010 e 2011 no Rio Grande do Sul e Bahia, foi detectado que o destino da maioria das pessoas traficadas é a Espanha, seguido de Portugal, Estados Unidos.

É importante que membros da CPI possam se deslocar para o Estado do Rio Grande do Sul e Bahia para tomar conhecimento dos trabalhos do Comitê Estadual, bem como realizar oitivas e audiências objetivando detectar a realidade local e as perspectivas de combate ao tráfico humano.

Para tanto solicito aos nobres pares a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, em 28 de novembro de 2012.

Deputado ARNALDO JORDY
PPS/PA